

## **Os promotores de uma devoção no séc. XVIII: o Senhor Santo Cristo de Ponta Delgada**

### **The promoters of a devotion in the 18th century: Senhor Santo Cristo de Ponta Delgada**

### **Les promoteurs d'une dévotion au XVIII<sup>e</sup> siècle: Senhor Santo Cristo de Ponta Delgada**

### **Los promotores de una devoción en el siglo XVIII: Senhor Santo Cristo de Ponta Delgada**

Hélio Nuno Soares  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores/ CEHR-UCP  
hsoares@ucp.pt

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é identificar os principais promotores da devoção à Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres de Ponta Delgada, Açores, no séc. XVIII. Perceber como alguns deles vivenciaram a devoção à paixão de Cristo e a promoveram, na expressão da sua relação pessoal com Deus, assumindo, por vezes, a função de mediadores entre os fiéis e a Imagem, pela qual Deus manifesta o seu poder taumatúrgico. Por iniciativa dos promotores setecentistas, de modo deliberado, criaram o espaço e a simbologia da Imagem, permitindo a congregação e divulgação do culto, alimentando a devoção coletiva, familiar e individual. Produziram os suportes para a consolidação da maior manifestação de fé do catolicismo açoriano até ao séc. XXI.

**Palavras-Chave:** religiosidade, devoção, Santo Cristo, promotores

**Abstract:** The aim of this work is to identify the main promoters of the devotion to the Image of Senhor Santo Cristo dos Milagres, in Ponta Delgada, Azores, in the 18th century, as well as to understand the way some of them experienced the devotion to the Passion of Christ and how they promoted it, expressing their personal relationship with God, being, sometimes, mediators between the believers and the Image, through which God expresses his thaumaturgical power. Intentionally and deliberately, the 18<sup>th</sup> century promoters created the Image space and symbology, allowing to congregate and to disseminate the cult, intensifying the individual, familiar and collective devotion. They established the basis for the consolidation of the greatest demonstration of the Azorean Catholicism faith until the 21<sup>st</sup> century.

**Key words:** religiosity, devotion, Santo Cristo, promoters

**Résumé:** Le propos de cet article est d'identifier les principaux promoteurs de la dévotion à l'Image du Senhor Santo Cristo dos Milagres à Ponta Delgada, aux Açores, au XVIII<sup>e</sup> siècle. Comprendre comment certains de ces promoteurs ont vécu la dévotion à la Passion du Christ et l'ont encouragée, dans l'expression de leur relation personnelle avec Dieu, en assumant parfois la fonction de médiateurs entre les fidèles et l'Image, à travers laquelle Dieu manifeste sa puissance thaumaturgique. Les initiatives de ces promoteurs du XVIII<sup>e</sup> siècle ont délibérément créé l'espace et la symbologie de l'Image, permettant la congrégation et la diffusion du culte, nourrissant la dévotion collective, familiale et individuelle. Ils ont produit les fondements pour la consolidation de la plus grande manifestation de foi du catholicisme Açoréen jusqu'au XXI<sup>e</sup> siècle.

**Mots-clés:** religiosité, dévotion, Saint-Christ, promoteurs

**Resumen:** El objetivo de este trabajo es identificar los principales promotores de la devoción a la Imagen del Señor Santo Cristo de los Milagros de Punta Delgada, Azores, en el siglo XVIII. Percibir como algunos de ellos vivenciaron la devoción a la pasión de Cristo y la promovieron en su relación personal con Dios, asumiendo, en ocasiones, la función de mediadores entre los fieles y la Imagen, por la que Dios manifiesta su poder taumatúrgico. Por iniciativa de los promotores del setecientos, de modo deliberado, se creará un

espacio y una simbología de la Imagen, permitiendo congregar y divulgar el culto, alimentando la devoción colectiva, familiar e individual. Producirán los soportes para la consolidación de la mayor manifestación de fe del catolicismo en las Azores hasta el siglo XXI.

**Palabras clave:** religiosidade, devocion, San Cristo, promotores

## Introdução

O Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança de Ponta Delgada, da Ordem das Clarissas, foi fundado em 1541. Até 1790 devia obediência ao Convento de S. Francisco de Ponta Delgada, sendo esta transferida, neste ano, por determinação pontifícia, para a alçada do bispo diocesano. Foi extinto em 1894, por morte da última religiosa. O Mosteiro da Esperança é icónico, para os açorianos, por guardar o busto do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Na atualidade, é a sede da Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres, fundada em 1765, e do Santuário do Senhor Santo Cristo dos Milagres, criado por decreto episcopal de D. Manuel Afonso de Carvalho de 22 de abril de 1959.

As festas religiosas em honra do Senhor Santo Cristo são a maior manifestação religiosa açoriana no séc. XXI. A festa ocorre no sexto domingo do tempo pascal, quinto domingo após a Páscoa. Um fenómeno religioso com muitas manifestações coletivas ou individuais em torno da Imagem, em que a prece, o agradecimento, a penitência e o desagravo são constatáveis, sobretudo, no decurso das festas anuais e, no decurso do ano, na capela do Santo Cristo. A devoção assume múltiplas vivências individuais e familiares, ou oratórios e “altarinhos” nas residências particulares.

As manifestações religiosas em torno desta Imagem integram-se na denominada estrutura de longa duração, conceito histórico criado pelo francês Fernand Braudel (1983), na medida em que a organização pública do culto, ocorrida no séc. XVIII, na sua globalidade, manteve-se até ao séc. XXI. Neste trabalho interessa-nos compreender a origem deste culto, como fenómeno religioso, numa perspetiva institucional, no contexto do séc. XVIII, criando as bases do mesmo, como referenciais sociais e institucionais, identificando os seus promotores, a saber: as três primeiras zeladoras, a família dos Condes da Ribeira Grande e a Irmandade do Senhor Santo Cristo.

A Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres é uma escultura de busto que representa Jesus Cristo na varanda de Pilatos. A mesma está adornada por diversos dons, que são indissociáveis da Imagem, nomeadamente o resplendor, o cetro, a coroa de

espinhos, o relicário, a corda e a capa. Os dons remetem-nos para os símbolos da Paixão de Cristo, o *Ecce Homo*, e para os seus atributos como divindade. A escultura e os respetivos dons foram objeto do regime de proteção legal do património ao serem classificados como “Tesouro Regional”, em 2015, por parte da Assembleia Legislativa Regional dos Açores<sup>1</sup>.

Apesar de haver muito interesse em tudo o que se relaciona com o culto ao Santo Cristo, que encontramos na imprensa periódica, não há um estudo historiográfico interpretativo do fenómeno na sua totalidade. Ressalvam-se os seguintes estudos, de pendor mais académico: sobre a joalheria devocional da Imagem de António Filipe Pimentel (2000); o enquadramento científico do culto por Fernanda Enes (2010); de Margarida Lalanda, sobre a figura da madre Teresa da Anunciada (2005/2006); a nossa dissertação de mestrado, numa perspetiva de história do património e museologia (2018), revista e ampliada, com apêndice documental significativo, para publicação (2021); a reflexão referente à origem da Imagem por Carlos Moreira Azevedo (2019); o mais recente trabalho, numa componente teológica e pastoral do culto, o de Luís Leal (2021).

---

<sup>1</sup> Cf. Decreto Legislativo Regional 4/2015/A, de 20 de fevereiro.

## 1. A devoção e o culto hoje

Fotografia 1. Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres (2019)



Fonte: Miguel Machado

A invocação ao Senhor Santo Cristo inscreve-se na tradição milenar do culto à divindade e humanidade de Jesus Cristo, que se materializa e vivencia em múltiplas devoções, sendo a mais importante o culto sacramental à presença real de Cristo na hóstia consagrada. A veneração à Imagem do Santo Cristo é, por conseguinte, um culto cristológico ao momento da paixão, em que Cristo foi apresentado à multidão por Pilatos – o *Ecce Homo*. Também se relaciona com o culto ao Senhor da Cana Verde, normalmente figurado numa escultura de pé, em vulto pleno, ou apenas em meio corpo.

Atualmente, a festa ocorre no quinto domingo após a Páscoa. É um culto passional, ou seja, relativo à paixão de Cristo, mas integrado no tempo pascal. Tem um carácter penitencial e de desagravo a Cristo, algo que a procissão ainda hoje conserva, como que refletindo nos fiéis a Imagem de Cristo sofredor e vilipendiado. As festas são organizadas

pelo Santuário do Senhor Santo Cristo dos Milagres e pela respetiva Irmandade. No sábado, há a mudança da Imagem do coro baixo para a Igreja de N. Sr.<sup>a</sup> da Esperança. A saída da Imagem é sempre aguardada com expectativa. É o momento em que a antiga porta regrad do Mosteiro se abre e as Religiosas entregam a Imagem ao cuidado do Provedor da Irmandade para realizar a festa no espaço público. Este cortejo processional ocorre no Campo de São Francisco e, no final, todos os fiéis passam diante da Imagem na sua condição de pecadores. Por este motivo, muitos fiéis integram a procissão descalços, de círios nas mãos e de roupa escura ou fazendo o percurso à volta do Campo de Joelhos.

No domingo de manhã, há a celebração eucarística no adro da Igreja. A meio da tarde, inicia-se a grande procissão. Segundo a tradição, a procissão respeita o itinerário definido por madre Teresa da Anunciada, primeira zeladora, tendo como critério passar por todos os conventos e mosteiros da cidade.

A partir do culto oficial e público ao Senhor Santo Cristo dos Milagres, a devoção à Imagem passou para a intimidade das famílias micaelenses, adquirindo uma dimensão doméstica que é exteriorizada em diversas manifestações. Os exemplos desta dimensão intimista são o oratório doméstico com a réplica da Imagem, colocada sobre um móvel, um quadro ou um registo, o que permite aos fiéis praticarem, na intimidade das suas habitações, a devoção. O registo é a forma mais comum da materialização, que tem por base a gravura de João Silvério Carpinetti, de 1763.

## **2. O nascimento da devoção**

A génese desta devoção temos de procurá-la na Alta Idade Média. Os episódios relacionados com a paixão adquirem importância nos séculos XII, XIV e XV, graças a textos espirituais que contribuíram para alimentar a espiritualidade e a iconografia dos cristãos. Entre estes escritos estão as bem acolhidas *Meditationes vitae Christi*, atribuídas até ao século XIX a S. Boaventura (1221-1274). Também as *Revelationes* de S. Brígida da Suécia (1303-1373) oferecem a visão detalhada da paixão. A primeira *Vita Christi* de Ludolfo da Saxónia (1295-1377) é um clássico modelo tardo-medieval, que incita o leitor a contemplar e imaginar episódios da vida de Cristo e nos aproxima da *devotio moderna*. Esta literatura cristocêntrica e a espiritualidade consequente vão influenciar a

espiritualidade e a arte, num vai e vem da imagem à literatura, em influência mútua. As devoções cristológicas multiplicaram-se.

A passagem da representação de um Cristo triunfante a um Cristo doloroso, abatido, carregado de padecimentos, era para S. Francisco e os para os franciscanos um modo de provocar, pela contemplação da imagem, o seguimento da vida de Cristo. É o caminho através do qual se pensa, se interpreta e se vive o cristianismo, sem negar a divindade de Cristo. Jacques Le Goff situa no século XIII aquilo a que chama “dolorização da piedade” (2003: 72).

Com a nova espiritualidade e iconografia procurava-se implicar a emoção do cristão, gerar um sentimento de compaixão para com o Redentor, estimular a meditação. Ora a salvação e a redenção passam pelo sofrimento, como defendeu a *devotio moderna*.

A sensibilidade mística do final da época medieval multiplica-se em imagens de devoção, que se prolongam no período moderno. O gosto por alimentar a oração e a contemplação diante de cenas da paixão de Cristo, nascido na *devotio moderna*, encontrou em Santo Inácio e no Concílio de Trento confirmação e desenvolvimento. A imagem assume-se como elemento técnico de persuasão que penetra a imaginação do devoto. Por conseguinte, não é de estranhar que autores espirituais como Teresa de Ávila, Luís de Granada ou Bernardino de Laredo sejam, na expressão de José Adriano Carvalho: “almas meditando com emoção na humanidade de Cristo” (1970: 51). Influenciaram vivências devocionais dos seus contemporâneas e posteriores.

Na Península Ibérica, nos séculos XVI e XVII, há uma vontade reformadora das almas, que dum modo ou doutro foi lema da época, num convite à prática e à meditação na humanidade de Cristo. Este movimento com raízes e derivações muito diversas e complexas, está relacionado com o lugar ideal que a meditação na humanidade de Cristo devia ocupar na oração individual. Neste quadro a família franciscana, onde se incluem as clarissas, desempenhou um papel preponderante na divulgação e valorização desta espiritualidade, assumindo, inclusive a vertente penitencial uma dimensão pública. Como exemplos desta espiritualidade temos S. Pedro de Alcântara e Frei António das Chagas, este último com as célebres *Cartas Espirituais*.

### **3. Os promotores da devoção no séc. XVIII**

A organização da sociedade açoriana, desde o povoamento, construiu-se sob o modelo piramidal tripartido, com o clero no topo, depois a nobreza e por último o povo. Estrutura totalmente convergente com a sociedade do Antigo Regime. Neste quadro, as elites insulares assumiram, há semelhança de outros territórios ultramarinos, uma enorme preponderância social, numa ótica de dever social, mecenato e manutenção do seu estatuto social.

O catolicismo assumiu a preponderância comum aos países mediterrânicos, destacando-se a hegemonia da família franciscana, desempenhando um papel influente na edificação da religiosidade local. A este enquadramento alia-se a posição geográfica e a natureza vulcânica das ilhas, que, desde cedo, influenciaram a vida dos seus habitantes, traduzindo-se nas recorrentes intempéries, acrescidas dos inúmeros incidentes vulcânicos e sismológicos, a que se acrescem os constantes assaltos dos corsários e piratas. Todos estes acontecimentos fomentaram, desde logo, um forte sentimento religioso nas gentes açorianas.

#### **3.1. As zeladoras**

O termo “zeladora” é um adjetivo e substantivo feminino, que significa aquele que tem a função ou atividade de zelar, de cuidar, de vigiar ou fiscalizar. Quem assume estas funções, independentemente do local, tem um serviço que lhe é atribuído por uma entidade ou pela sociedade, mas também a poderá assumir, por iniciativa própria, conforme a oportunidade. No contexto das comunidades monásticas, era habitual a atribuição do cuidado de capelas, altares e oratórios às religiosas, numa ótica de repartição de tarefas e trabalhos quotidianas (Soares, 2021: 205-209).

O termo “zeladora” é encontrado na documentação produzida ou dirigida ao Mosteiro, aplicado às monjas que cuidavam da capela, ainda no séc. XVIII, embora se tenha consagrado definitivamente já na centúria seguinte. No Livro da Esmolas do Santo Cristo, no longo mandato da madre Quitéria Francisca de Santa Rosa, por vezes,

identificamos a denominação de “Protectora”<sup>2</sup>. Numa carta ao bispo diocese de final do século afirma-se: “sempre de tempo Antiquissimo, houve huma Relegioza Zeladora”<sup>3</sup>. Num outro manuscrito, madre Quitéria Francisca de Santa Rosa atribui este título a Teresa da Anunciada: “Depois do falecimento daquela primeira veneravel Zeladora”<sup>4</sup>.

No que concerne à devoção em apreço, as zeladoras da Imagem assumem-se como assumem as tarefas habituais de cuidado, mas também de administradoras de esmolas e mediadoras numa lógica de fiéis/Imagem/fiéis. A elas cabe decidir os critérios de acesso à Imagem.

As informações biográficas e das vivências devocionais que possuímos para as religiosas são distintas. A preocupação institucional do Mosteiro e, mais recentemente, do Santuário do Senhor Santo Cristo e de alguns investigadores foi estudar a figura da primeira zeladora, com a intenção de promover a sua canonização. Projeto malgrado até ao séc. XXI, apesar de várias tentativas. Sobre a segunda e a terceira zeladoras conhecemos mais as suas realizações, com o intuito do fausto litúrgico, engrandecimento artístico e de disseminação da devoção. No entanto, pelas entrelinhas das fontes, conseguimos depreender o comportamento e a mentalidade dos promotores e dos seus interlocutores, dimensão que não conseguimos desenvolver num estudo desta dimensão

#### **a) A 1.ª Zeladora: madre Teresa da Anunciada: a promotora do “Senhor”**

Teresa de Jesus (1658-1738) nasceu na freguesia da Ribeira Seca, concelho da Ribeira Grande. Desde criança que desenvolveu uma forte espiritualidade à paixão de Cristo, eventualmente influenciada pela veneração da Imagem do Senhor Santo Cristo dos Terceiros no Convento de Nossa Senhora de Guadalupe, Vila da Ribeira Grande.

---

<sup>2</sup> Arquivo do Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança (AMNSE), Livro das Esmolas do Senhor Santo Cristo (1782-1889), fl. 4v e 5, 17v e 18, 19v e 20.

<sup>3</sup> AMNSE, Carta ao Bispo diocesano a solicitar determinações sobre as esmolas do Senhor Santo Cristo (após 1790). O Mosteiro devia obediência ao vizinho Convento de São Francisco. No entanto, após um processo conturbado, por determinação pontifícia, em 1790, efetuou-se a transferência da obediência para o bispo diocesano.

<sup>4</sup> AMNSE, Pedido de mercê a favor da madre Quitéria Francisca de Santa Rosa (1793).



A escritura de dote foi lavrada a 26 de novembro de 1681, ingressando Teresa de Jesus de imediato, vindo a fazer votos solenes em junho de 1683, altura em que mudou o seu nome para madre Teresa da Anunciada.

Madre Teresa da Anunciada foi encontrar o busto de Cristo no coro baixo do Mosteiro, porém a Imagem não lhe despertou interesse nem devoção. Deve-se à sua irmã Joana a compreensão de algo especial nesta representação da Paixão de Cristo e não a Teresa.

Na sua *Autobiografia* narra o início da devoção pessoal:

“Tínhamos no coro de baixo uma imagem do Ecce Homo muito milagrosa, e como antigamente servira de custódia puseram-lhe na abertura do peito (...) um registo. Vindo a minha irmã à grade da igreja e ao ver a imagem pediu-me (...) que trocasse aquele registo por um outro que trazia (...). Vindo outra vez à mesma grade (...), disse-me: (...) aquele Senhor é milagroso, porque o registo que levei, tem obrado muitos milagres (...). Hoje é Quarta-Feira de Cinzas, aqui está uma botija de azeite. Toma-o à tua conta para o alumiarem nesta Quaresma. (...) Em toda aquela Quaresma, durante a noite, a Imagem esteve sempre alumiada. À medida que ia dado assistência à imagem do Senhor Santo Cristo, fui aumentando a minha devoção ao Senhor” (Pinto, 2012: 57 e 59).

Por esta passagem verificamos a sensibilidade de Joana para com a Imagem, implicando a irmã, em clausura, neste despertar. Num segundo momento, já sem Joana, madre Teresa da Anunciada familiariza-se com o busto de Cristo, contempla-o dia após dia, fazendo nascer uma relação devocional de caráter pessoal. A respeito desta relação com a Imagem e com esse momento da vida de Cristo, num manuscrito já do final do século, constata-se o entendimento de que Deus escolheu a religiosa para uma missão: “foi a venerável Theresa da Anunciada Tia da *Suplicante* a primeira escolhida, *per* merce especial do mesmo *Senhor*, para promover o seo Culto, e receber e distribuir as esmolas”<sup>5</sup>.

A madre Teresa da Anunciada decidiu valorizar o busto de Cristo, uma vez que este estava sujeito ao pó que caía pelas frinchas do soalho do coro alto. Assim, decidiu construir a primeira capela. A obra teve início após o mês de julho de 1697; no entanto, não a satisfiz. No ano de 1702 principiaram as obras da segunda capela, orientadas e patrocinadas pelos Condes da Ribeira Grande. A criação de um espaço, individualizava a Imagem e tornava-a mais visível aos olhos dos fiéis.

---

<sup>5</sup> AMNSE, Pedido de mercê a favor da madre Quitéria Francisca de Santa Rosa (1793).

O cuidado de madre Teresa da Anunciada para com a Imagem foi crescendo e passou a ser o *seu ex-libris*, na expressão de Margarida Lalanda (2005: 292), desenvolvendo uma profunda devoção à Imagem, através da qual conversava com Deus, tornando-se na intercessora e mediadora dos fiéis, numa lógica de fiéis/Imagem/fiéis. Começou a entender que Deus lhe transmitia a Sua vontade, por meio de uma voz interior, quando ela se encontrava em momentos de recolhimento espiritual. Foi neste contexto que a sua fama de santidade se difundiu ainda em vida, pois, aos olhos dos fiéis, Deus atendia aos seus pedidos. A mesma autora classifica esta situação como “um estatuto de intermediária privilegiada junto de Deus, com particular incidência através do diálogo com este “*Ecce Homo*”” (Lalanda, 2005: 293).

Madre Teresa da Anunciada faleceu a 16 de maio de 1738, como consta no termo de óbito. O seu primeiro biógrafo foi o Pe. José Clemente, da Congregação do Oratório de S. Filipe Neri. Sobre esta obra falaremos adiante.

No que respeita ao culto público, na interpretação da madre Teresa, a Imagem deu indicações para a realização de uma procissão pelas ruas da cidade, tendo como critério passar em todos os mosteiros e conventos. A tradição situa em 1700 a primeira procissão; não se sabe se houve regularidade na mesma nos primeiros anos. O momento de consagração do culto, que ganhou grande expressão na população, ocorreu em 1713, no decurso de uma crise sísmica, em que a Imagem saiu em procissão, pedida e organizada pela Câmara e pelo povo da cidade, como forma coletiva de pedir a Deus o fim do cataclismo. Ação miraculosa ou simples coincidência, o busto caiu ao ocorrer um forte sismo, sendo tido como milagroso que se não tivesse quebrado e que a crise sísmica tivesse cessado definitivamente naquele momento. Após este incidente a imagem ganha o epíteto *dos Milagres*.

#### **b) A 2.<sup>a</sup> Zeladora: madre Teresa de Jesus Maria (1738-1759)**

Madre Teresa era filha de Manuel Fernandes Teixeira da Vila da Lagoa, e de D. Ana do Rego, irmã da madre Teresa da Anunciada. Entrou no Mosteiro a 7 de dezembro de 1708, para fazer o noviciado. Faleceu pelas 3 horas da tarde do dia 19 de dezembro de 1759, com 79 anos de idade.

No seu termo de óbito consta que se ocupou “do trato da Capela da Miraculosa Imagem do *Senhor Santo Cristo Ecce Homo*”, administrando as esmolas dos fiéis e aplicando-as, por exemplo, na execução de uma cana de ouro e de uma relíquia do santo lenho ornamentada com pedras preciosas<sup>6</sup>.

Seguindo as anotações de Hugo Moreira (2000: 2-3), exerceu os seguintes cargos anuais: foi sacristã menor, em 1708; entre 1713 e 1718 foi porteira e sacristã; escuta do mirante, 1725; vigária do coro, 1727 e 1728 e, neste último ano, exerceu, cumulativamente, o cargo de escuta dos palatários; porteira do carro em 1732, mestra da ordem em 1734 e, em 1743, escuta dos homens.

Os dados de que dispomos sobre a sua biografia são mais parcos, mas dão para percebermos que se empenhou na consolidação do culto ao Senhor Santo Cristo, salientando-se a encomenda artística dos dons colocados na Imagem e nas relações mantidas com os devotos, numa relação de proximidade com os Condes da Ribeira Grande, família Câmara. O exercício do seu mandato coincidiu com a permanência da família na ilha, como adiante veremos, sendo a principal fonte para esta amizade e devoção a correspondência que chegou até nós. Numa dessas cartas, o 5.º Conde da Ribeira Grande, D. Guido da Câmara, pede orações ao Santo Cristo: “sempre estimo a sertesada sua boa Saude, este lhe Continue para alivio meu, para nos incomendar ao *senhor Santo Cristo*, que bem necesito, para me faser melhor do que sou”<sup>7</sup>.

Deve-se a esta religiosa o início do processo de redação da biografia da madre Teresa da Anunciada, em que a primeira referência conhecida ocorre, aproximadamente, em 1752: “Mande-me dizer quando virá o livro para se imprimir”, entenda-se apontamentos<sup>8</sup>. Esta biografia será o principal meio de divulgação da devoção na segunda metade de Setecentos e no séc. XIX. Como veremos no ponto *infra*, o processo de redação somente ficou concluído no mandato na 3.ª zeladora.

---

<sup>6</sup> AMNSE, Lv. V dos Óbitos (1703-1923), fl. 34.

<sup>7</sup> AMNSE, Cartas do Conde da Ribeira Grande, D. Guido Augusto da Câmara, à madre Teresa de Jesus Maria (setembro de 1753).

<sup>8</sup> AMNSE, Carta da Condessa da Ribeira Grande, D. Margarida Francisca de Lorena, à madre Teresa de Jesus Maria (1752 atribuído).

### c) A 3.<sup>a</sup> Zeladora: madre Quitéria Francisca de Santa Rosa (1759-1813)

A madre Quitéria era sobrinha neta de madre Teresa da Anunciada e sobrinha de madre Teresa de Jesus Maria, sendo seus pais o capitão Manuel Pereira Coutinho e Clara do Rego, naturais da Vila da Ribeira Grande. Ingressou como pupila no Mosteiro, em 10 de outubro de 1725, professou a 24 de novembro de 1737. Desempenhou os cargos de Vigária da casa. Discreta<sup>9</sup>, exerceu o abadessado por duas vezes e de mestra da Ordem. Faleceu, pelas sete horas da manhã do dia 23 de abril de 1813, com 95 anos de idade.

Devido à sua longevidade, exerceu o cargo de zeladora durante cinquenta e quatro anos, apesar de, no final, ter ficado “entrevada e com privação de juízo”<sup>10</sup>. Ao longo destas cinco décadas, empenhou-se em promover o engrandecimento artístico da Capela e da Imagem. O seu legado é inegável, apesar de pouco valorizado, e é fruto da conjugação de vontades, tendo como principais aliados a família Câmara. No exercício do cargo de zeladora publicou-se a biografia da madre Teresa da Anunciada, fundou-se a Irmandade do Senhor Santo Cristo, construiu-se a atual capela, revestida com azulejos provenientes da Real Fábrica de Louça ao Rato e executaram-se as magníficas joias devocionais que adornam a Imagem: coroa, relicário, resplendor, cetro e corda.

A proteção dos Câmara foi fundamental para esta religiosa. Numa das cartas percebemos que houve a tentativa a remover do cargo de zeladora ou de a impedir de suceder à sua tia.

“Sinto os trabalhos de Vossa Mercê teve com lho quererem tirar o meu Senhor que sempre era para sentir. Eu logo mandei meu cunhado Luis a casa do Núncio para me tirar um breve por conta de ficar Vossa Mercê como me diz mas ele disse o não podia passar porque os prelados podiam dispor de coisas semelhantes que melhor era pedi-lho a ele por favor”<sup>11</sup>.

A publicação do livro *Vida da Venerável Madre Teresa da Anunciada, escrita e dedicada ao Santo Christo...* da autoria de José Clemente, publicado em Lisboa no ano de 1763, sob o patrocínio da 4.<sup>a</sup> Condessa da Ribeira Grande, D. Margarida Francisca de

---

<sup>9</sup> As religiosas “discretas” são todas as que exerceram o cargo de abadessa no mosteiro, embora sendo igualmente “discreta” a que ocupar o cargo de vigaria em cada mandato.

<sup>10</sup> AMNSE, Lv. V dos Óbitos (1703-1923), fl. 78.

<sup>11</sup> AMNSE, Carta da Condessa da Ribeira Grande, D. Margarida Francisca de Lorena, à madre Quitéria Francisca de Santa Rosa, Lisboa (10-06-1760).

Lorena foi um marco basilar. Nesta publicação está incluída uma gravura desse ano, assinada por João Silvério Carpinetti, representando a madre Teresa da Anunciada a rezar, de joelhos, ao Senhor Santo Cristo, que serviu de base à propagação das estampas. O livro e as estampas foram os meios essenciais, que os promotores da devoção empregaram para divulgar a devoção.

### 3.2. A família Câmara

Os Câmara são uma família de origem madeirense, descendentes diretos de João Gonçalves Zarco, um dos precursores do povoamento da ilha da Madeira, que desde o século XV até à extinção do regime das donatarias mantiveram o estatuto hereditário de capitão do donatário na ilha de São Miguel, Açores, desde o primeiro desta família que o foi, Rui Gonçalves da Câmara (+1497). Em 1583, como recompensa pelo apoio à pretensão de Filipe II de Espanha ao trono português, receberam o título de Condes de Vila Franca. No tempo da união dinástica construíram o seu palácio em Lisboa, passando a residir na capital. O título de Condes da Ribeira Grande foi atribuído, em 1662, a D. Manuel Luís Baltasar da Câmara (1630-1673), num processo de reabilitação da família, caída em desgraça porque o 3.º Conde de Vila Franca, Rodrigo da Câmara (1594-1662), foi condenado, por sodomia, a prisão perpétua e confisco dos seus bens. A família estabeleceu relações familiares com algumas das principais famílias nobres de Portugal e do estrangeiro: Condes da Vidigueira, Condes de Miranda do Corvo, Condes de Atouguia, Condes de Alvor, Príncipes de Soubisse (França), entre outras famílias importantes.

A devoção da família dos Câmara, Condes da Ribeira Grande, ao Santo Cristo principiou nos contactos mantidos no final do séc. XVII e início do séc. XVIII com a madre Teresa da Anunciada. As informações que nos são dadas pela *Autobiografia* (Pinto, 2012) e pela *Biografia* (Clemente, 2015) são mais ou menos coincidentes, pois, aquando da construção da segunda capela para a Imagem, no coro baixo da Igreja da Esperança, os Condes assumem o padroado da mesma. A madre Teresa da Anunciada não ficou satisfeita com a primeira capela, edificada em finais do séc. XVII, pelo que, no ano de 1702, principiaram as obras da segunda capela, orientadas e patrocinadas pelo 2.º Conde da Ribeira Grande, D. José Rodrigo da Câmara (1665-1724) e a sua esposa, a princesa

Constança Emília de Rohan (1667-1709), assumindo este patrocínio como “intendentes e tesoureiros da obra” (Clemente, 2015: 151). Deve-se a este casal o início da devoção desta família ao Santo Cristo da Esperança, que passou de geração em geração, no séc. XVIII.

Como principiou esta relação de amizade com a mãe, que se traduziu na devoção à Imagem? Não temos uma resposta objetiva. Certamente haveria alguma convivência anterior a este período, mas também temos de reconhecer que a mãe não pertencia ao estrato social da elite micaelense, logo o desencontro entre a religiosa e a família seria mais plausível do que o encontro. A família esteve na ilha nos últimos anos do séc. XVII e no princípio de séc. XVIII, o que podemos depreender pela *Autobiografia* da mãe Teresa da Anunciada (Pinto, 2012). Em 1705 já se encontrava novamente em Lisboa.

Esta afeição com os Câmara possibilitou o acesso, por carta, da mãe Teresa da Anunciada à família real portuguesa, obtendo concessões muito significativas dos reis D. Pedro II e D. João V: uma tença anual de azeite para a lâmpada, redução do imposto do açúcar para a ilha, a libertação de um cativo e a oferta de uma capa para a Imagem a partir do manto régio.

Tomemos como exemplo uma das estadias da família na ilha, sensivelmente entre 1742 e 1752, provavelmente a mais prolongada. As visitas ao Mosteiro eram recorrentes, como expressa o Conde D. Guido da Câmara numa carta de 1753: “Sempre tenho lembranças das sextas feiras que pelo costume de tanto tempo faz saudades e da sua companhia não menos”<sup>12</sup>.

A família vai recorrer à Imagem do Santo Cristo, na sua aflição, em situações variadas: doenças, processos políticos, gravidez, entre outras. Destaco as seguintes: “peço a Vossa Mercê e às mais amigas em segredo que me façam uma novena ao Senhor Santo Cristo para que tire o vício do jogo ao Senhor Dom Guido”<sup>13</sup>. Outra situação dramática vivida pela família, com muita incerteza, foi a prisão do 5.º Conde, D. Guido da Câmara, no contexto do processo dos Távoras, pelas ligações familiares, em 9 de dezembro 1758. Foi encarcerado no forte da Junqueira até à morte em 1770. Assim, 4.ª Condessa, D.

---

<sup>12</sup> AMNSE, Carta do 5.º Conde da Ribeira Grande, Guido Augusto da Câmara e Ataíde, Lisboa (18-10-1753). Provavelmente deslocou-se a São Miguel no período em que o sogro e irmão, D. José da Câmara Teles, na qualidade de capitão do donatário, esteve na ilha (1742-1752).

<sup>13</sup> AMNSE, Carta da 4.ª Condessa da Ribeira Grande, D. Margarida Francisca de Lorena, à mãe Teresa de Jesus Maria, Lisboa, 17-03-1755.

Margarida Francisca de Lorena (1707-1785), com a prisão imediata deste seu cunhado e genro, suplica em 1759: “meu Senhor Santo Cristo socorra a nossa casa pois ele sabe está inocente em tudo”<sup>14</sup>; no ano seguinte sugere: “Tomara que José [talvez o administrador da Casa na ilha] fizesse a festa do meu Senhor que era sinal de estar o Conde D. Guido em casa que tantos prejuízos temos com a sua prisão”<sup>15</sup>. O pedido de intercessão é repetido: “puxe Vossa Mercê pela capa do Senhor Santo Cristo para que este padecer tenha fim [prisão do conde]”<sup>16</sup>. Também a 5.ª Condessa, D. Joana Tomásia da Câmara (1730- 1782), sobrinha e esposa de D. Guido da Câmara, dirige-se à comunidade das religiosas a pedir intercessão pelo marido: “Peço-lhe se não descuidem de rogar ao Senhor Santo Cristo pelo livramento de meu tio e sua vida e saúde”<sup>17</sup>.

Outro aspeto evidenciado na devoção da família Câmara é o culto das relíquias. A família e a sociedade micaelense reconheceram uma vida virtuosa à madre Teresa da Anunciada, o que justificou algumas iniciativas em torno desta religiosa, nomeadamente a redação da sua biografia, promovida e patrocinada pela Condessa D. Margarida Francisca de Lorena, que teve a primeira edição em 1763 (Clemente, 2015). Em 1762, a mesma Condessa acusa a receção das relíquias: “novas de Vossa Mercê que muito estimei e pelas que me dá dos ossos da Venerável Madre Teresa da Anunciada e agradeço muito o bocadinho de osso”<sup>18</sup>. E dois anos depois, outra relíquia, mas da Imagem: “Agradeço a Vossa Mercê as aparinhas que me mandou do dedo do Senhor”<sup>19</sup>. Esta devoção encontra-se espelhada no seu testamento, datado de 1783, escrito no palácio da Junqueira, em Lisboa. Deixa ao seu neto, o 6.º Conde da Ribeira Grande, D. Luís António José Maria da Câmara (1754-1802), uma relíquia do peito da Imagem, para permanecer no seu oratório, enquanto à irmã deste, a Condessa de Aveiras, D. Leonor Maria da Câmara

---

<sup>14</sup> AMNSE, Carta da 4.ª Condessa da Ribeira Grande, D. Margarida Francisca de Lorena, à madre Teresa de Jesus Maria, Lisboa (02-1759).

<sup>15</sup> AMNSE, Carta da 4.ª Condessa da Ribeira Grande, D. Margarida Francisca de Lorena, à madre Teresa de Jesus Maria, Lisboa (12-02-1760).

<sup>16</sup> AMNSE, *Ibidem*.

<sup>17</sup> AMNSE, Carta da 5.ª Condessa da Ribeira Grande, D. Joana Tomásia da Câmara, Lisboa (06-02-1765).

<sup>18</sup> AMNSE, Carta da 4.ª Condessa da Ribeira Grande, D. Margarida Francisca de Lorena, à madre Quitéria Francisca de Santa Rosa, Lisboa (14-11-1762).

<sup>19</sup> AMNSE, Carta da 4.ª Condessa da Ribeira Grande, D. Margarida Francisca de Lorena, à madre Quitéria Francisca, Lisboa (05-06-1764).

(1749-1789), ficaria uma lâmina com idêntico motivo iconográfico, “porque sei a hade ter com toda a veneração”<sup>20</sup>.

### 3.3. A Irmandade do Senhor Santo Cristo

A *Irmandade do Senhor Santo Cristo Ecce Homo*, na designação dos primeiros estatutos, foi ereta a 21 de abril de 1765, com aprovação dos seus estatutos pelo bispo diocesano, D. António Caetano da Rocha, e do Custódio Provincial Franciscano, Fr. Francisco das Chagas, documento que é a fonte da nossa análise (Rodrigues, 1959). Os mentores da nova Irmandade foram o sargento-mor António Borges de Bettencourt, comandante-geral da ilha, e o capitão Agostinho Barros Lobo. A única referência conhecida à intenção de criar uma Irmandade ocorre no ano anterior, em carta da 4.<sup>a</sup> Condessa da Ribeira Grande à madre Quitéria, na qual menciona o nome do futuro primeiro provedor, o que espelha a preponderância que já granjeava, bem como o desejo de institucionalizar as vontades de uma conjunto de pessoas, numa solução muito utilizada no período moderno: “(...) estimo muito que o António Borges desse essa oferta ao Senhor (...) bom é que ponha como irmandade, mas já no tempo da minha Madre Teresa falaram os mesmos nisso e nunca teve efeito”<sup>21</sup>.

Fotografia 2. A Irmandade do Senhor Santo Cristo entrega a Imagem às Religiosas de Maria Imaculada após a procissão de domingo (2019)



<sup>20</sup> Arquivo Nacional da Torre de Tombo (ANTT), *Registo Geral de Testamentos*, Lv. 321, f. 214v e também ANTT, *Casa de Aveiras e Vagos* (CAV), cx. 84, mç. 5, n.º 16.

<sup>21</sup> AMNSE, Carta da 4.<sup>a</sup> Condessa da Ribeira Grande, D. Margarida Francisca de Lorena, à madre Quitéria Francisca de Santa Rosa, Lisboa (27-01-1764).



Fonte: José António Rodrigues

Qual o motivo para a criação de uma irmandade? A devoção à Imagem do Santo Cristo nasceu dentro de uma comunidade religiosa de clarissas, logo viviam em clausura no Mosteiro, não podendo promover eventuais festejos exteriores. Quando a devoção transpôs os muros da cerca e as grades do coro baixo, assumiu um culto público. Segundo o relato da madre Teresa da Anunciada, já referido, foi a própria Imagem a ordenar uma procissão. Por outro lado, no contexto da espiritualidade da época, as procissões públicas eram a apoteose de qualquer manifestação religiosa, muitas delas promovidas por irmandades e confrarias. Considerando este contexto identificamos três motivos para a criação da Irmandade: primeiro, a existência da devoção é justificada pelas calamidades naturais, pelas más colheitas e pelas epidemias, em que o povo vê na *Sacrossanta Imagem* um meio de proteção; segundo, o desejo de obtenção da salvação, cumprindo e fazendo cumprir os desígnios de Deus na terra; terceiro, provavelmente o motivo principal, a incapacidade de realização das festas anuais, a 11 de abril, por falta de recursos, conforme a vontade da madre Teresa da Anunciada (Rodrigues, 1959: 301).

No que respeita à tipologia de irmandade, o critério que obtém maior concordância entre os especialistas, segundo Pedro Pentead, é o que diferencia estas instituições a partir da sua principal função (2000, vol. I: 460). Por conseguinte, pelas características da Irmandade, esta enquadra-se na tipologia devocional, porque está vocacionada para a celebração de uma devoção específica. A devoção cristológica é a razão da sua constituição.

Quem foi o provável primeiro provedor? Em nossa opinião foi António Borges de Bettencourt (1712-1772). Oriundo da elite micaelense, ingressou na carreira militar. Em 1757, na ausência do Conde da Ribeira Grande, capitão do donatário, assume as funções de governador do forte de S. Brás e, por inerência do cargo, passou a superintender todas as forças militares da ilha. Este cargo, de nomeação régia, com a vigência de três anos, porém Borges de Bettencourt detinha o apoio dos Condes da Ribeira Grande, do corregedor, do juiz da Alfândega e mais tarde, do governo da Capitania Geral, instituído em 1766, pelo Marquês de Pombal, desempenhou estas funções até à sua morte em 1772.

Os estatutos são muito simples, constando somente de seis capítulos que determinam a orgânica interna da Irmandade, a relação dos irmãos e as suas contribuições anuais. A dimensão espiritual está presente na promoção do culto à Imagem nas festas

anuais e na celebração de missas por sufrágio dos irmãos. A dimensão caritativa também ocorre, com a distribuição de esmolas.

Quem são os irmãos fundadores? Num total de 182 irmãos fundadores, há 114 homens leigos, 3 padres e 1 frade; há 64 mulheres, das quais 2 são religiosas do convento de Santo André de Ponta Delgada. O próprio preâmbulo informa quem são os principais irmãos: “grande parte da nobreza secular, e Ecclesiastica, e mais moradores” (Rodrigues, 1959: 301). Saliente-se que encontramos duas mulheres que vivem “em caza de”, o que é indicador de um estrato social inferior, sendo, provavelmente, criadas ou que estão à responsabilidade dos senhores da casa. Também se identificam dezassete casais, como o de Luís Manuel da Silveira Estrela, que tem o cuidado de especificar ou assinar em nome da esposa, com a expressão “e minha mulher D. Francisca Thomazia da Camara Albuquerque”. Outro aspeto a salientar é o ingresso de vários membros da mesma família, neste caso o de Maria Madalena da Camara e Silva com seus filhos: Pedro Nolasco Borges Bicudo da Câmara e Ana Úrsula da Câmara. No que respeita à menção da profissão, somente Maria Francisca de Jesus tem a preocupação de informar que é a mulher do tabelião José da Costa Pavão. As pesquisas aleatórias que fizemos, permitem-nos identificar os cargos, por exemplo, de Manuel José Botelho de Gusmão como sargento-mor na Vila Franca, numa família que tradicionalmente exerceu esses cargos militares.

Num segundo período de admissões de irmãos, a partir de 1767, encontramos, por exemplo, os Condes de Avranches, D. Antão de Almada, a sua esposa, D. Violante Josefa de Almada, e filhos (Rodrigues, 1959: 311). D. Antão de Almada foi o 1.º Governador e Capitão-General das Ilhas dos Açores, na sequência da extinção do regime de capitanias e a criação do da Capitania Geral dos Açores, em 1766, com sede em Angra do Heroísmo. A admissão da família de D. Antão de Almada poderá ser justificada pela proximidade a António Borges de Bettencourt, considerando que o Capitão-General era o seu superior hierárquico. Nesta mesma data, incluem-se irmãos residentes em Lisboa, na ilha Terceira e na ilha do Pico.

Portanto, a Irmandade no ato fundacional é composta, na generalidade, por representantes da elite local, que podemos identificar pelos apelidos de família: Paim da Câmara, Faria e Maia, Castro e Câmara, Taveira de Bettencourt, Borges de Bettencourt, Andrade Albuquerque, Jácome Correia, Canto, Corte Real, Borges do Canto, entre outros. Todavia, nos decénios seguintes verifica-se a incorporação de irmãos residentes em outras

ilhas, na metrópole e no Rio de Janeiro, também eles com algum estatuto na hierarquia social.

## **Conclusão**

Os promotores da devoção ao Santo Cristo foram homens e mulheres, religiosos e leigos, que, no séc. XVIII, de forma intencional, conseguiram criar as bases simbólicas da devoção, bem como os principais meios de divulgação desta. Quatro figuras femininas sobressaem como promotoras: madre Teresa da Anunciada, madre Teresa de Jesus Maria, madre Quitéria Francisca de Santa Rosa e D. Margarida Francisca de Lorena.

Deve-se aos promotores a criação das bases simbólicas que caracterizam devoção e o seu culto, a saber: espaço devocional da capela, com toda a iconografia associada, e as joias devocionais que adornam a Imagem. As suas vivências pessoais ou familiares confundem-se com os instrumentos de promoção e divulgação da devoção. Os dois principais meios de divulgação foram a biografia da madre Teresa e a estampa de Carpinetti.

A origem da devoção e do culto ao Senhor Santo Cristo é indissociável da figura principal impulsionadora, madre Teresa da Anunciada, em que o progresso da devoção individual da religiosa se alia à crescente visibilidade da Imagem. De modo consequente, importa analisar o processo de construção da santidade da madre Teresa a partir das fontes existentes, integrando-a em contextos e correntes de espiritualidade transversais ao mundo católico da época, buscando possíveis justificações para o bloqueio do processo de beatificação.

As zeladoras promoveram a devoção pelo seu testemunho pessoal, pelos relatos de milagres, pela exuberância das celebrações e pela dimensão mistérica da Imagem colocada ao fundo da capela, no coro baixo, por detrás das grades e portadas, somente acessível ao comum dos fiéis na procissão; utilizaram a arte como meio de glorificação, servindo-se da joalheria devocional.

Quanto às elites, sejam micaelenses ou não, são elas as protagonistas do culto público e do engrandecimento artístico. Cruzam-se estratégias pessoais das zeladoras, institucionais do Mosteiro, dentro das rivalidades entre casas monásticas da ilha, e os interesses da família dos Condes da Ribeira Grande, como senhores da ilha, logo

magnânimos beneméritos de causas diversas, imbuídos da espiritualidade da época. Por intermédio dos Condes, quer na ilha, quer na Corte de Lisboa, garantiram o necessário suporte material à consagração do culto, em momentos distintos, que se repetiram no decurso do século XVIII. Já no dealbar do século XIX, os Condes da Ribeira Grande perdem protagonismo e será a Irmandade, por vezes em exclusivo, com os seus membros, a assumir a manutenção e promoção do culto público até meados do séc. XX, associando a componente profana às festas. Constroem-se, assim, eixos autorizados capazes de garantir difusão e aceitação pública do culto, contagiando as massas populares. Madre Teresa da Anunciada e a milagrosa Imagem veem a devoção transpor, definitivamente, a cerca monástica e os limites da ilha.

O género epistolar foi muito cultivado pelas três primeiras zeladoras, com interlocutores diversos, tanto religiosos como seculares. A diferença para com o diário é que a carta esperava uma resposta, servindo de mote para continuar uma eventual narração e estabelecer parâmetros de intimidade entre os interlocutores. A correspondência recebida da família dos Condes da Ribeira Grande é uma fonte imprescindível para a análise da origem e consolidação do culto e da devoção no século XVIII, principalmente, mas não só, na perspectiva do género feminino. Nas cartas dos Câmara, há uma relação a três ou comunitária: a Imagem do Santo Cristo, a religiosa, a Condessa ou seus familiares.

Uma última observação, a que já aludimos anteriormente: a publicação da biografia foi uma estratégia, mais ou menos deliberada, do Mosteiro em afirmar-se no quadro da ilha e do arquipélago, como casa de santidade, ou até, num plano mais lato, ao nível nacional. A sua biografia, através das suas mais de vinte edições, a par com a gravura de Carpinetti, foram os principais meios de divulgação da devoção, em que se consolidou no decurso do tempo. A biografia para a elite literata e a gravura para as gentes simples. Madre Teresa da Anunciada foi a promotora e a promovida a venerável, como exemplo, no feminino, de fiel devota.

## **Bibliografia**

AZEVEDO, Carlos Moreira (2022), “A Imagem do Santo Cristo, no contexto da iconografia do *Ecce Homo* dos séculos XV a XVII” in António Camões Gouveia, Maria Margarida Lalanda e Hélio Nuno Soares (dir.), *O culto ao Senhor Santo Cristo e ao Espírito Santo nos Açores*, Ponta Delgada, Letras Lavadas (no prelo).

BRAUDEL, Fernand (1983), *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, 1.ª ed., Lisboa, D. Quixote.

CARVALHO, José Adriano de Freitas (1970), “Evolução na evocação de Cristo sofrente na Península Ibérica (1538-1630)” in *Homenaje a Elías Serra Ráfols*, vol. II. La Laguna, Universidad de La Laguna, pp. 1-24.

CLEMENTE, José (2015), *Vida da venerável Madre Teresa da Anunciada escrita e dedicada ao Senhor Santo Cristo com a invocação do Ecce-Homo*, 22.ª edição, Notas de Hugo Moreira, Ponta Delgada, Empresa Gráfica Açoreana.

ENES, Maria Fernanda (2010), “A invocação e o culto do Senhor Santo Cristo em Ponta Delgada – São Miguel”, *Cultura - Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. 27, pp. 211-226, [consulta em 12/02/2022]. Disponível em: <http://cultura.revues.org/347>

LALANDA, M.ª Margarida de Sá Nogueira (2005-2006), “Considerações históricas sobre a Madre Teresa da Anunciada”, *Arquipélago – História*, 2ª série, vols. 9-10, pp. 275-307, [consulta em 12/02/2022]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.3/421>

LE GOFF, Jacques (2003), *Nació Europa en la Edad Media?*, Barcelona, Editor.

LEAL, Luís (2021), *Ecce Homo – num arquipélago de evangelização*, Ponta Delgada, Letras Lavadas.

PENTEADO, Pedro (2000), “Confrarias”, in Carlos Moreira Azevedo (coord.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I, pp. 459-470.

PIMENTEL, António Filipe (2000), “Percursos do barroco nos caminhos do Atlântico: o culto e o tesouro açoriano do Senhor Santo Cristo dos Milagres”, in *Oceanos: ourivesaria luso-brasileira do ciclo do ouro e dos diamantes*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, n.º 43, pp. 55-64.

PIMENTEL, António Filipe; PENALVA, Luísa; FRANCO, Anísio (2014), *Splendor et gloria: cinco jóias setecentistas de exceção*. Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga.

PINTO, Agostinho (2012), *Madre Teresa da Anunciada: autobiografia e perfil espiritual*, Ponta Delgada, Edições ECCE.

Hélio Nuno Soares – *Os promotores de uma devoção no séc. XVIII: o Senhor Santo Cristo de Ponta Delgada*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 1. 2022. 85-106. DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12\\_1a5](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_1a5)

MENDES, Paula Almeida (2017), *Paradigmas de papel: a escrita e a edição de «vidas» de santos e de «vidas» devotas em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Porto, CITCEM.

MOREIRA, Hugo (2000), *O Convento de Nossa Senhora da Esperança – Imagem e Culto do Senhor Santo Cristo dos Milagres: Colectânea de artigos*, Ponta Delgada, Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres.

RODRIGUES, Rodrigo (1959), “1.<sup>os</sup> Estatutos da Irmandade do Senhor Santo Christo da cidade de Ponta Delgada”, *Insulana*, vol. XV, pp. 297-316.

SOARES, Hélio Nuno (2018), *O Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança de Ponta Delgada: uma proposta de valorização patrimonial em diálogo com a comunidade*, Dissertação de Mestrado em Património, Museologia e Desenvolvimento, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, [Consulta em 05/02/2021]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.3/5006>.

SOARES, Hélio Nuno (2021), *O Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança de Ponta Delgada: o património em diálogo com a sociedade*, Ponta Delgada, Letras Lavadas.